

DESMILITARIZAR TODAS AS ESCOLAS DO PAÍS PARA DEFENDER A DEMOCRACIA!

O cenário político brasileiro de 2018, com a ascensão da extrema direita e a eleição de Jair Bolsonaro, catapultou para o debate nacional um tema que, embora já presente em muitas unidades da federação, ganhou uma dimensão alarmante: **a intervenção militar na educação básica**, especialmente na gestão, condução pedagógica das escolas e conformação de pensamento curricular assentado na discriminação, exclusão e conservadorismos. Um dos muitos legados negativos do governo da extrema direita foi a institucionalização do Programa Nacional das Escolas Cívico-militares (Pecim) em 2019, que marcou um novo e perigoso capítulo, incentivando a adesão de escolas municipais e estaduais a um modelo alheio à lógica educacional. Apesar de o governo Lula ter revogado o decreto do Pecim e retirado o poder executivo nacional como ente incentivador da militarização de escolas públicas, a imposição de um estado de exceção dentro das escolas públicas, por meio de intervenções militares, segue avançando cada dia mais e estamos longe da desmilitarização de todas as escolas do país.

Uma História que Começa nos Anos 1990 (no Pós-Redemocratização)

Apesar do papel deletério de Jair Bolsonaro, que colocou o poder executivo federal como indutor importante da militarização de escolas a partir de 2020, é crucial entender que a militarização não é um fenômeno recente, inaugurado pelo Pecim. De acordo com os dados apurados, a primeira militarização de uma escola pública ocorreu em 1990 e cresceu de forma alarmante. As pesquisas demonstram que até dezembro de 2019, contabilizavam-se no país 240 escolas públicas militarizadas, das quais 155 estaduais e 85 municipais. Além de escolas públicas civilizadas que sofreram a intervenção militar, contabilizavam-se também 60 escolas militares estaduais, sendo 56 vinculadas a polícias e 4 a corpos de bombeiros militares e mais de uma dezena de escolas militares federais de educação básica. Esse quantitativo triplicou nos últimos cinco anos, atingindo mais de 750 escolas públicas estaduais ao final de 2024 (sem contar as municipais, que sabemos serem centenas, mas ainda não temos dados sistematizados).

Mesmo após a revogação do Pecim em julho de 2023 pelo governo Lula, a lógica militar persiste. Muitos governadores e prefeitos, dos mais diversos partidos políticos, se comprometeram a manter as escolas "cívico-militares", substituindo militares das Forças Armadas por policiais e bombeiros militares. Uma Frente Parlamentar Mista em Defesa das Escolas Cívico-militares, com 207 deputados federais, foi oficializada em setembro de 2023, demonstrando o enraizamento dessa política.

Quem Militariza Nossas Escolas? Um Espectro além da Extrema Direita

Contrariando a percepção comum de que a militarização é uma política exclusiva de partidos da extrema direita, os dados de que dispomos revelam uma realidade mais complexa: **diferentes partidos políticos estiveram à frente desses processos**. Levantamentos anteriores à implementação do Programa Nacional das Escolas Cívico-militares (Pecim) já demonstravam o envolvimento de uma ampla gama de legendas. Nossas pesquisas, com dados consolidados, mostram que partidos como **PSDB, PMDB/ MDB, PT, PDT, PCdoB, PSD, PSB, PP, PFL/DEM, PROS, PMN, PTB, PRB, PR, PSC, PSL, PV, PPS e PL** já conduziram a militarização de escolas públicas em diferentes estados e municípios brasileiros.

Por que é preciso dizer NÃO à Militarização

A militarização das escolas públicas é uma afronta direta aos princípios e direitos garantidos pela **Constituição Federal de 1988** e pela **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996**. A educação, em um Estado Democrático de Direito, deve ser um direito humano fundamental, pautado na liberdade, pluralidade e gestão democrática.

A militarização viola frontalmente princípios Constitucionais, como:

*** Igualdade de condições para acesso e permanência na escola**, ao introduzir processos seletivos e reserva de vagas para dependentes de militares;

* **A gratuidade do ensino público**, pois essas escolas cobram taxas de forma arbitrária (mensalidades disfarçadas de "contribuição voluntária") e exigências de fardamento;

* **A liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber**, uma vez que, o ambiente de controle e padronização militar não é propício ao desenvolvimento do pensamento crítico e da pluralidade de ideias;

* **O pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas**, pois a imposição da "pedagogia do quartel", baseada em hierarquia e disciplina militarizadas, sufoca a diversidade de abordagens pedagógicas e cria distorções éticas ao colocar a disciplina e a hierarquia irreflexivas acima do pensamento autônomo e crítico (ou seja, obedecer e cumprir regras por força da autoridade e não a partir de uma reflexão pautada na justiça);

* **A gestão democrática do ensino público**, já que a transferência da gestão escolar para militares desrespeita os preceitos democráticos da gestão escolar;

* **A valorização dos profissionais da educação**, pois os profissionais da educação ficam vinculados a um regime militar, e militares sem formação pedagógica assumem funções de gestão e monitoria, ferindo a expertise e a liberdade dos educadores.

É preciso denunciar também que **a militarização é incompatível com os preceitos legais da educação brasileira e ocorre por meio de desvio de função dos militares**. A LDB (Art. 61 e 67) define claramente quem são os profissionais da educação e suas funções. Militares não possuem a formação e habilitação requeridas para atuar na gestão e nas funções pedagógicas de escolas. A Constituição (Art. 144, § 5º) atribui às polícias militares a "polícia ostensiva e a preservação da ordem pública", não a administração de escolas. Há um claro **desvio de função e desvio de finalidade** da verba pública.

A militarização é também uma forma de promover um tipo de privatização velada, uma vez que esse projeto transfere a responsabilidade do financiamento para as famílias por meio de taxas que são cobradas via mecanismos diverso. Além disso, há também os casos de contratação de Organizações da Sociedade Civil (OS), criadas e administradas por militares (pessoas físicas), para aplicarem o que chama de “doutrina militar”.

Por fim, e mais importante, a presença de corporações policiais nas escolas levanta uma reflexão crucial e perturbadora: como uma **instituição com histórico de violência e racismo**, que tão frequentemente **ceifa vidas de jovens nas periferias** e que carece de políticas institucionais para combater o racismo em suas próprias fileiras, pode ser alçada à gestora de nossas escolas?

Para além da desmilitarização de todas as escolas públicas, é necessário também apontar que as **escolas militares de educação básica**, que coexistem com o sistema civil, são reflexo de uma dívida histórica da nossa redemocratização. A existência de escolas militares de educação básica também representa um **fracasso do processo de redemocratização** em assegurar o controle civil sobre os militares e em reformular currículos que perpetuam uma lógica não democrática na educação básica. É urgente que os civis controlem os militares e que a política de formulação de currículo dos militares seja reformulada, pois a educação é um pilar da democracia.

Desmilitarizar para Construir a Democracia

É preciso reiterar: **desmilitarizar a escola é condição fundamental para combater a barbárie, os conservadorismos, o ódio, a discriminação e construir uma sociedade democrática e livre**. Escolas militarizadas são intrinsecamente incompatíveis com a democracia. Como nos alertou Anísio Teixeira, "só existirá uma democracia no Brasil no dia em que se montar a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a escola pública". E essa não pode ser a “educação” dos quartéis.

Rede Nacional de Pesquisa sobre Militarização da Educação

rededemilitarizacaoedu@gmail.com